



Número: **0805937-97.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **21/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 5.000,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO DUARTE LEAL (AUTOR)		EURIDES MARIA SANTOS VITORINO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19964629	21/03/2019 15:24	Petição Inicial	Petição Inicial
19967893	21/03/2019 15:24	ROCURAÇÃO	Procuração
19967980	21/03/2019 15:24	DOCUMENTOS IND.	Documento de Identificação
19968049	21/03/2019 15:24	BOLETIM OCORRENCIA	Outros Documentos
19968126	21/03/2019 15:24	PROC,ADMINISTRATIVO	Outros Documentos
19968167	21/03/2019 15:24	DOCUMENTO HOSPITAL	Outros Documentos
19968199	21/03/2019 15:24	DESPESAS MEDICAS	Outros Documentos
20118838	27/03/2019 18:01	Despacho	Despacho

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL
CIVIL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PARAIBA.

ANTÔNIO DUARTE LEAL, brasileiro, solteiro, aposentado, portador do CPF de nº 034.167.228-92 e RG 23.616.007-2 SSP/PB, residente e domiciliado á Rua Emiliano Rosendo da Silva, nº 75 – Bloco N – Aptº. 201 – Bodocongó – Campina Grande/PB, CEP: 58429-690. José Braz de França, 180, Centro, Queimadas-PB, por sua advogada abaixo assinado, com endereço profissional na Rua Marquês do Herval, nº 16 – Edifício Lucas, 7º andar, sala 712, vem respeitosamente, á presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA, C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS
DPVAT – ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.072.307/0001-57 , com sede á Rua da Assembleia, nº 100 – 26º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.011.904, expondo e requerendo ao final o que segue:



PRELIMINARMENTE

PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

O promovente declara, não possuir, no presente momento, condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isto comprometa o seu próprio sustento, bem como o de sua família. Desta forma, requer que lhe sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos moldes da Lei 1.060/50.

I - DOS FATOS

O Autor foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 11/01/2018, por volta das 06h 57 minutos da manhã, ia a pé correndo na Avenida Juvêncio Arruda, bairro de Bodocongó, momento em que foi atropelado pela condutora de um veículo Celta cor preta, de placa NQB-4227- PB, que com impacto a vítima caiu ao solo e sofreu fratura do Tornozelo do pé esquerdo, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma na cidade de Campina Grande-PB, onde foi submetido a procedimento cirúrgico de fratura no Tornozelo tipo de operação Ostossintose, conforme laudos médicos comprovado nos autos da presente demanda.

O autor teve despesas médicas de atividade de Fisioterapia no valor de R\$ 504,00 (quinhentos e quatro reais), conforme nota fiscal de número 40179 anexada.

Tendo o autor motivado pela gravidade das lesões descritas encontra-se em condições de sequelas definitivas, sente dores dormência nos dedos, recebendo cuidados e tratamentos médicos especiais, ficando com seqüelas, com incapacidade funcional no Tornozelo esquerdo, podendo ser observado através dos laudos médicos acostados na inicial.

Na verdade, o seguro DPVAT, perdeu o seu cunho social assistencial para os interesses ambiciosos, macro financeiro das grandes empresas, com respaldo de resoluções, circulares e normas administrativas editadas em proveito próprio, fere a Lei em detrimento de seus interesses.

Acontece que o autor deu entrada administrativamente só recebeu o pagamento referente à indenização do seguro DPVAT, o valor de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais), vem requerer a solicitação do complemento da indenização.



Pelo fato de o autor ter sido vítima de acidente automobilístico, o mesmo faz jus ao seguro obrigatório DPVAT, sendo requerido junto a promovida, tudo em conformidade com a Lei nº 6.197/74, 11.482/07, 11.945/09 e demais dispositivos legais que regem a espécie.

Ressalte-se que tendo o acidente com o autor ocorreu em 2014 estando ao alcance da Lei 11.482/07, que passou a vigorar a partir de 11 de Maio de 2007, 11.945/09 estando portanto 0 sob aos auspícios das referidas Leis que vieram alterar a Lei 6.197/74, cujo teto indenizável é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso vertente o autor faz jus a R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme tabela anexada à Lei nº 11.945/09.

Entretanto, o Autor até o momento só recebeu o pagamento referente à indenização do seguro DPVAT a que tem direito, o valor de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais). Excelência, segundo o dispositivo contido no art. 5º, da Lei 6.194/74, a doutrina e a jurisprudência majoritária, para o recebimento da indenização do seguro obrigatório basta simples prova do acidente e do dano decorrente, devendo, então, a Seguradora participante do Consórcio, efetivar o pagamento do seguro devido ao Autor, uma vez já preenchidos os requisitos legais.

Entretanto o autor teve despesas médicas de atividade de Fisioterapia no valor de R\$ 504,00 (quinhentos e quatro reais), conforme nota fiscal de número 40179 anexada.

II - DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:



Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

b) Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente (alterado para R\$ 13.500,00).

O Superior Tribunal de Justiça, já se posicionou acerca da indenização do DPVAT, se não vejamos:

CIVIL – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADO. LEI Nº 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE PROVAS CONVINCENTES.

I – O seguro de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos assim fixados consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6.197/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Procedente da 2ª seção STJ (Resp. nº146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Adir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12/12/2001.

II – Recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação a indenização não comprovada não inibe de reivindicar, em juízo, a diferença ou o montante que lhe cabe de conformidade com a Lei que rege a espécie.

III- Recurso Especial, conhecido e provido.

(Quarta Turma. RESP. 296675/SP, Relator Aldir Passarinho Junior, DJ Data 23-09-2002).



O entendimento adotado pelo Egrégio Colégio Recursal do Estado de Pernambuco, segue as demais decisões proferidas pelos nossos Tribunais Superiores:

“EMENTA: VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO NO CASO DE MORTE EQUIVALENTE A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. PREVISÃO LEGAL NÃO ALTERADA POR ESTIPULAÇÃO ADMINISTRATIVA, JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA QUEIXA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, APENAS QUANTO AO TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS” (Recurso n. 01831\2003, Relator: Juiz Sérgio José Vieira Lopes, julgamento em 05\11\2003)”.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

Tendo direito a indenização de acordo com o percentual apurado perante perícia médica 0 a 100% (cem por cento), caso necessário.

Verifica-se na documentação médica e

m anexo que houve **incapacidade funcional do Joelho Esquerdo.**

De acordo com a TABELA anexada à Lei nº 11.945\09, tal debilidade corresponde a **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).**



DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto requer de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º alínea “b” das Leis **6.194\74, 11.482\07, 11.945\09 c/c** com o art. 186 do Código Civil Pátrio a procedência da presente para o fim de condenar a Requerida, ao pagamento da indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) em face a debilidade da função do antebraço esquerdo e do tórax, de acordo com a TABELA anexada aos autos da presente demanda requerendo ainda o seguinte:

- a) Seja citada a promovida, no endereço declinado na exordial para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- b) Seja designada audiência de conciliação, nos termos do art. 334 NCPC.
- c) Além da prova documental já produzida em anexo, o Autor protesta por todos os meios de provas admitidos em direito, prova testemunhal e perícia médica;
- d) Com fundamento no art. 355 do NCPC, requer o julgamento antecipado da lide, visto que, as provas em tela são meramente documentais;
- e) Que com o respaldo legal da Lei nº 1.060\50 e demais princípios constitucionais atinentes á espécie, seja concedido a gratuidade processual;
- f) O valor da condenação do complemento seja devidamente corrigido acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro, a devolução do reembolso de despesas médicas de atividade de Fisioterapia no valor de R\$ 504,00 (quinhentos e quatro reais), conforme nota fiscal de número 40179 anexada;
- g) Seja a demandada condenada nas custas processuais e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação.



Dá-se a presente causa o valor de R\$ 5.000.00 (cinco mil reais).

Nesses termos,

Pede e deferimento.

Campina Grande/PB, 21/Março/2019.

EURIDES MARIA SANTOS VITORINO

OAB/PB 7234

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL
CIVIL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PARAIBA.



ANTÔNIO DUARTE LEAL, brasileiro, solteiro, aposentado, portador do CPF de nº 034.167.228-92 e RG 23.616.007-2 SSP/PB, residente e domiciliado á Rua Emiliano Rosendo da Silva, nº 75 – Bloco N – Aptº. 201 – Bodocongó – Campina Grande/PB, CEP: 58429-690. José Braz de França, 180, Centro, Queimadas-PB, por sua advogada abaixo assinado, com endereço profissional na Rua Marquês do Herval, nº 16 – Edifício Lucas, 7º andar, sala 712, vem respeitosamente, á presença de Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA, C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS
DPVAT – ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.072.307/0001-57 , com sede á Rua da Assembleia, nº 100 – 26º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.011.904, expondo e requerendo ao final o que segue:

PRELIMINARMENTE

PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA

O promovente declara, não possuir, no presente momento, condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isto comprometa o seu próprio sustento, bem como o de sua família. Desta forma, requer que lhe sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos moldes da Lei 1.060/50.

I - DOS FATOS

O Autor foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 11/01/2018, por volta das 06h 57 minutos da manhã, ia a pé correndo na Avenida Juvêncio Arruda, bairro de Bodocongó, momento em que foi atropelado pela condutora de um veículo Celta cor preta, de placa NQB-4227- PB, que com impacto a vítima caiu ao solo e sofreu fratura do Tornozelo do pé esquerdo, sendo socorrido pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma na cidade de Campina Grande-PB, onde foi submetido a procedimento cirúrgico de fratura no Tornozelo tipo de operação Ostossintose, conforme laudos médicos comprovado nos autos da presente demanda.



O autor teve despesas médicas de atividade de Fisioterapia no valor de R\$ 504,00 (quinhentos e quatro reais), conforme nota fiscal de número 40179 anexada.

-

Tendo o autor motivado pela gravidade das lesões descritas encontra-se em condições de sequelas definitivas, sente dores dormência nos dedos, recebendo cuidados e tratamentos médicos especiais, ficando com seqüelas, com incapacidade funcional no Tornozelo esquerdo, podendo ser observado através dos laudos médicos acostados na inicial.

Na verdade, o seguro DPVAT, perdeu o seu cunho social assistencial para os interesses ambiciosos, macro financeiro das grandes empresas, com respaldo de resoluções, circulares e normas administrativas editadas em proveito próprio, fere a Lei em detrimento de seus interesses.

Acontece que o autor deu entrada administrativamente só recebeu o pagamento referente à indenização do seguro DPVAT, o valor de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais), vem requerer a solicitação do complemento da indenização.

Pelo fato de o autor ter sido vítima de acidente automobilístico, o mesmo faz jus ao seguro obrigatório DPVAT, sendo requerido junto a promovida, tudo em conformidade com a Lei nº 6.197/74, 11.482/07, 11.945/09 e demais dispositivos legais que regem a espécie.

Ressalte-se que tendo o acidente com o autor ocorreu em 2014 estando ao alcance da Lei 11.482/07, que passou a vigorar a partir de 11 de Maio de 2007, 11.945/09 estando portanto 0 sob aos auspícios das referidas Leis que vieram alterar a Lei 6.197/74, cujo teto indenizável é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso vertente o autor faz jus a R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), conforme tabela anexada á Lei nº 11.945/09.

Entretanto, o Autor até o momento só recebeu o pagamento referente à indenização do seguro DPVAT a que tem direito, o valor de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais). Excelência, segundo o dispositivo contido no art. 5o, da Lei 6.194/74, a doutrina e a jurisprudência majoritária, para o recebimento da indenização do seguro obrigatório basta simples prova do acidente e do dano decorrente, devendo, então, a Seguradora participante do Consórcio, efetivar o pagamento do seguro devido ao Autor, uma vez já preenchidos os requisitos legais.



Entretanto o autor teve despesas médicas de atividade de Fisioterapia no valor de R\$ 504,00 (quinhentos e quatro reais), conforme nota fiscal de número 40179 anexada.

II - DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

b) Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente (alterado para R\$ 13.500,00).

O Superior Tribunal de Justiça, já se posicionou acerca da indenização do DPVAT, se não vejamos:

CIVIL – SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADO. LEI Nº 6.194/74. RECIBO. QUITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE PROVAS CONVINCENTES.



I – O seguro de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos assim fixados consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei nº 6.197/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Procedente da 2ª seção STJ (Resp. nº146.186/RJ, Rel. p/ Acórdão Min. Adir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12/12/2001).

II – Recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação a indenização não comprovada não inibe de reivindicar, em juízo, a diferença ou o montante que lhe cabe de conformidade com a Lei que rege a espécie.

III- Recurso Especial, conhecido e provido.

(Quarta Turma. RESP. 296675/SP, Relator Aldir Passarinho Junior, DJ Data 23-09-2002).

O entendimento adotado pelo Egrégio Colégio Recursal do Estado de Pernambuco, segue as demais decisões proferidas pelos nossos Tribunais Superiores:

“EMENTA: VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO NO CASO DE MORTE EQUIVALENTE A QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. PREVISÃO LEGAL NÃO ALTERADA POR ESTIPULAÇÃO ADMINISTRATIVA, JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA QUEIXA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, APENAS QUANTO AO TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS” (Recurso n. 01831\2003, Relator: Juiz Sérgio José Vieira Lopes, julgamento em 05\11\2003)”.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:



Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).

Tendo direito a indenização de acordo com o percentual apurado perante perícia médica 0 a 100% (cem por cento), caso necessário.

Verifica-se na documentação médica e
m anexo que houve **incapacidade funcional do Joelho Esquerdo.**

De acordo com a TABELA anexada á Lei nº 11.945\09, tal debilidade corresponde a **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).**

DO REQUERIMENTO:

Pelo exposto requer de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º alínea “b” das Leis **6.194\74, 11.482\07, 11.945\09 c/c** com o art. 186 do Código Civil Pátrio a procedência da presente para o fim de condenar a Requerida, ao pagamento da indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) em face a debilidade da função do antebraço esquerdo e do tórax, de acordo com a TABELA anexada aos autos da presente demanda requerendo ainda o seguinte:

- a) Seja citada a promovida, no endereço declinado na exordial para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;
- b) Seja designada audiência de conciliação, nos termos do art. 334 NCPC.
- c) Além da prova documental já produzida em anexo, o Autor protesta por todos os meios de provas admitidos em direito, prova testemunhal e perícia médica;



d) Com fundamento no art. 355 do NCPC, requer o julgamento antecipado da lide, visto que, as provas em tela são meramente documentais;

e) Que com o respaldo legal da Lei nº 1.060/50 e demais princípios constitucionais atinentes à espécie, seja concedido a gratuidade processual;

f) O valor da condenação do complemento seja devidamente corrigido acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro, a devolução do reembolso de despesas médicas de atividade de Fisioterapia no valor de R\$ 504,00 (quinhentos e quatro reais), conforme nota fiscal de número 40179 anexada;

g) Seja a demandada condenada nas custas processuais e honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação.

Dá-se a presente causa o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Nesses termos,

Pede e deferimento.

Campina Grande/PB, 21/Março/2019.

EURIDES MARIA SANTOS VITORINO

OAB/PB 7234



PROCURAÇÃO AD JUDICIA

ANTONIO DUARTE LEAL, brasileiro, solteiro, aposentado, portadora da RG/PB nº 23.616.007-2, CIC/MF nº 034.167.228-92, residente na Rua Emiliano Rosendo da Silva, nº 75 - Bloco N AP.201 - Bodocongó - Campina Grande/PB, CEP:58429-690.

OUTORGADOS: EURIDES MARIA SANTOS VITORINO, brasileira, casada, advogada, com inscrição na OAB/PB 7234, com endereço profissional na Rua Marquês do Herval, nº 16, Edifício Lucas, salas - 712, Centro - Campina Grande/PB.

PODERES: por este instrumento particular de procuração, constituo minha bastante procuradora a outorgada, concedendo-lhe os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal, ou Repartição Pública, assinar termo, receber decisão administrativa, tirar cópia de processo administrativo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECIFICOS: A presente procuração outorga a Advogada acima descrita, os poderes para, em nome do outorgante, receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, tudo em conformidade com a norma do art. 105 do NCPC/2005,

DECLARAÇÃO DE POBREZA: Declaro que, em razão de minha situação financeira, não tenho condições de arcar com o pagamento das custas processuais, sob pena de implicar em prejuízo próprio e de minha família, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e Art. 98 e ss do CPC/15.

Campina Grande/PB, 17/08/2018.



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ACIDENTE: 23.615.007-2 DATA: 19/08/2013

Nome: ANTONIO DUARTE LEAL

CPF: 034.167.228-92

Endereço: RUA EMILIANO ROSENDO DA SILVA, 75 - BH - N.º 201 - BODOCOSO CAMPINA GRANDE PB 58429-690

Assinatura: [Assinatura]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROIBIDO PLASTIFICAR

Assinatura: [Assinatura]

CARTEIRA DE IDENTIDADE

CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAIBA
Rua Felipe Camarão, 220 - Jaguaribe - João Pessoa - PB
CEP: 58010-000 - Fone: (33) 323.0340/0341-07

PARA CONTATO COM A CAGEPA, DISTRIBUA ESTE NÚMERO

INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO: 034.167.228-92

REFERÊNCIA: 01/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

ANTONIO DUARTE LEAL
RUA EMILIANO ROSENDO DA SILVA, 75 - BH - N.º 201 - BODOCOSO CAMPINA GRANDE PB 58429-690

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
034.167.228-92	568	1	0	0	0	ANTONIO DUARTE LEAL

Hidrometro | **Data de Instalação** | **Localização** | **Situação Água** | **Situação Esgoto**

411400610 | 17/01/2013 | EXTERNO LIGADO | LIGADO

ANTERIOR | ATUAL | CONSUMO (M3) | NÚM DE DIAS | PRÓXIMA LEITURA

276 | 281 | 5 | 31 | 26/08/2018

HIST. CONS./ANOR. LEIT. | QUALID. ÁGUA ANEXO 20 PORT. 05/2017 RE-

DATA	CONSUMO	QUALID.	ANEXO 20	PORT. 05/2017	RE-
30/4/2013	6	0	PARÂMETROS	EXIG.	ANÁLIS.
MAR/2014	5	0	TURBIDEZ	0	0
ABR/2014	5	0	CLORO	0	0
MAI/2014	3	0	COL. TERMO	0	0
FEV/2018	2	0	COR	0	0
JAN/2018	6	0	COL. TOTAL	0	0
MEDIAN	4		DADOS REFERENTES A:	MAR/2013	

DATA DA IMPRESSÃO: 09/07/2018 HORA DA IMPRESSÃO: 10:41:12

DESCRIÇÃO

CONSUMO	TOTAL (R\$)
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	
CONSUMO DE ÁGUA	5 M3
ESGOTO	17,91
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	
CONSUMO DE ESGOTO	5 M3
	30,33

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,15 E CONSUMO DE 37,24 M3

VENCIMENTO: 21/07/2018 Total a Pagar: R\$ 68,24

CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número: 034.167.228-92

Nome: ANTONIO DUARTE LEAL

Nascimento: 11/10/1957

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE: C7EE.8DFA.19CC.73BF

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço: www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em 18:30:39 no dia 27/08/2013 (hora e data de Brasília) dígito verificador: 00





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº00075.01.2018.2.00.420

OCORRÊNCIA(S)

Suposto(s) Autor(es):

Tipificação 1: LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

Data da Ocorrência: 22/01/2018

Hora: 06:57:00

Forma da Comunicação: Verbal

Endereço: Francisco Afonso Vila dos Teimososa, Bodocongó, Campina Grande, PB.

PARTE(S)

VITIMA	Nome: Antonio Duarte Leal
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Adelaide Amélia Duarte e Severino Augustinho Leal
	Idade: 60 Data de Nascimento: 11/10/1957 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Aroeiras
	Estado Civil: casado(a)
	Escolaridade: Não informado Profissão: Aposentado
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 034.167.228-92
	Endereço: Rua Emiliano Rosendo da Silva, 75, Bodocongó III, Campina Grande, PB
	Complemento: Residencial do Lindú III, APTº 201 Bloco M.
TESTEMUNHA	Telefone: (83) 98682-2336
	Nome: Aleksandro Gonçalves Barreto
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Maria Gonçalves Barreto e Não Declarado
	Idade: 48 Data de Nascimento: 23/05/1969 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Campina Grande
	Estado Civil: casado(a)
	Escolaridade: Não informado Profissão: Porteiro
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 714.574.534-87
	Endereço: Rua Luiz Florentino de Souza, 280, Bodocongó, Campina Grande, PB
	Complemento: Não informado
	Telefone: (83) 98624-7050

Procedimento Policial: 00075.01.2018.2.00.420





TESTEMUNHA

Nome: Leo Katio Cândido de Oliveira
Conhecido por: Não informado
Filiação: Ana Lúcia Ramos de Oliveira e João Cândido de Oliveira Filho
Idade: 35 Data de Nascimento: 19/01/1983 Identidade de Gênero: masculino
Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Campina Grande
Estado Civil: casado(a)
Escolaridade: Não informado Profissão: Porteiro
Documentos(s) de Identificação: CPF nº 053.873.684-47
Endereço: Rua Antonio Quirino de Melo, Três Irmãs, Campina Grande, PB
Complemento: Não informado
Telefone: (83) 98845-3781

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

DILIGÊNCIAS ADOTADAS/EXAMES REQUISITADOS

HISTÓRICO

Informa o comunicante que a vítima, que no dia, hora e local já descritos, ia de pé correndo na Avenida Juvêncio Arruda, bairro de Bodocongó, momento em que foi atropelado pela condutora de um Veículo Celta de cor prata, de Placas NQB-4227-PB, que com o impacto a vítima caiu ao solo e sofreu fratura do Tornozelo do pé esquerdo, sendo socorrida pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Não compareceram os Policiais Militares do CPTRAN, razão pela qual não foi elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito. Afirma a vítima não ter o desejo de Representar Criminalmente contra o condutor do veículo causador do acidente.

Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.

Campina Grande/PB, 19 de março de 2018.

SEVERINO DE CARVALHO LOPES
Delegado(a) de Polícia Civil

ANTONIO DUARTE LEAL
Noticiante

ADEMIR DA COSTA VILAR
Escrivão de Polícia

Procedimento Policial: 00075.01.2018.2.00.420



Rio de Janeiro, 20 de Julho de 2018

Carta nº: 13124604

A/C: ANTONIO DUARTE LEAL

Nº Sinistro: 3180309431
Vítima: ANTONIO DUARTE LEAL
Data do Acidente: 22/01/2018
Cobertura: DAMS

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ANTONIO DUARTE LEAL

Valor: R\$ 144,00

Banco: 104

Agência: 000002221

Conta: 000000018648-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB
Secretaria de Saúde do Município
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAMU Regional CG - 192



DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

Declaramos para os devidos fins de direito que o **SAMU REGIONAL CG - 192** foi solicitado para prestar atendimento médico pré-hospitalar de urgência ao paciente conforme dados a seguir:

DATA:	22/1/2018	HORA:	06:57 HS	ID Nº:	1666879
NOME:	ANTONIO DUARTE LEAL				
QUEIXA:	ATROPELAMENTO				
LOCAL:	R. FRANCISCO AFONSO/VILA DOS TEIMOSOS - BODOCONGÓ				
COMPLEMENTO:	EM FRENTE AO DONA LINDU II				
CIDADE:	CAMPINA GRANDE/PB				
DADOS DA REMOÇÃO					
Paciente removido para o Hospital de Emergência e Trauma					

Campina Grande, 15 de março de 2018.

Deodécio F. Nascimento
Coordenação Administrativa
SAMU REGIONAL CG - 192

SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência)
Rua: Almeida Barreto, 428 São José CEP: 58400-328 Campina Grande-PB
Fone: (83) 3322-5207 / 3322-5191





Nome do Paciente <i>ANTONIO DUMAS LOPES</i>		Nº Prontuário	
Data da Operação <i>01/02/13</i>	Enf. <i>0109 I</i>	Leito <i>10.4</i>	
Operador <i>DR. ROBERTO ANTONIO</i>		1º Auxiliar <i>DR. HILSON (MR)</i>	
2º Auxiliar <i>DR. YURY (MR)</i>	3º Auxiliar <i>-</i>	Instrumentador <i>GLEYSON</i>	
Anestesia		Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório <i>FX TAZ (E)</i>			
Tipo de Operação <i>Osteossintese</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório <i>O mesmo</i>			
Relatório Imediato da Patologia <i>φ</i>			
Exame Radiológico no Ato <i>Sim</i>			
Acidente Durante a Operação <i>Não</i>			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceral
1) <i>Incisão em DDU sob anestesia</i>
2) <i>Assepsia + Antissepsia e Campos Estéreis</i>
3) <i>Incisão em face lateral e exposição de TAZ (E) + Dissociação</i>
<i>placa + Hemoestase</i>
4) <i>Redução exata da fratura</i>
5) <i>Osteossíntese de braço de placa 1/3 tubular 6F + parafusos</i>
<i>e de Músculo Músculo de 2 parafusos Moleculares, sendo</i>
<i>um com Arruela sob Escapula</i>
6) <i>Lavagem de FO e SP 2.9.1</i>
7) <i>Fechamento por placas</i>
8) <i>curativo</i>

Yury de Paula Câmara
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM/PB 10907

063.016

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



Data da internação: 22/01/2018 Hora: 09:15:21

SUSSistema Único de Saúde
Ministério da Saúde**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR****Identificação do Estabelecimento de Saúde**1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES2 - CNES
23628563 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES4 - CNES
2362856**Identificação do Paciente**5 - NOME DO PACIENTE
ANTONIO DUARTE LEAL6 - Nº DO PRONTUÁRIO
1584507

7 - CARTÃO DO SUS

8 - DATA DE NASCIMENTO
11/10/19579 - SEXO
Masculino ☒ Feminino ☐10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL
ADELAIDE MODESTA LEAL11 - TELEFONE DE CONTATO
DDD **83** Nº DE TELEFONE12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)
EMILIANO ROSENDO DA SILVA, 0, BODOCONGO13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
Campina Grande14 - CÓDIGO MUNICIPAL - SE - UF
250400 PB 58400002**JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO**

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Dor e dificuldade

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Necessidade de trat cirurgico

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Rx

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura do osso torçao

21 - CID 10 PRINCIPAL

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Trat cirurgico de fratura torçao

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO (X) CNES () CPE

29 - Nº DO DOCUMENTO (CNES/CPE) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE
98001628339232130 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE
RODOLFO COIMBRA BATISTA

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

22/01/2018

32 - ASSINATURA

CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

36 - CNES DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

39 - CNES EMPRESA

40 - CNES DA EMPRESA

41 - COR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO () EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - COD. ORGÃO EMISSOR

45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO () CNES () CPE

47 - Nº DO DOCUMENTO (CNES/CPE) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - ASSINATURA E CARIMBO Nº DO REGISTRO DO CONSELHO

<http://10.1.1.148/projetos/htcg/imp/peinternamento.php?comar=1584507>

1/1





● Rua Capitão José da Luz, 25 - Empresarial Joaquim Cardoso
Sala 901/902 - Coelhos - Recife/PE - CEP: 50.070-540
CNPJ: 26.296.089/0001-79

0022

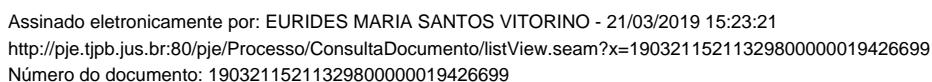
Paciente: Antonio Duarte Neto
Hospital: Emergência o torçuma C6
Médico: Dr. Wry + Dr. Hsleron
Data da Cirurgia: 01/07/18 Procedimento: Fratura de TNR Esquerda
Prontuário: 1584217 Convênio: SUS
Estrumentadora: Stoysson Circulante: Vanda

[illegible]


Recife, 01 de 02 de 2018

Circulante

Médico Responsável



DESPESAS

	P. M. Campina Grande SECRETARIA DE FINANÇAS NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA Código de Verificação F4C9.9501.AADB.9C63.54A8.C198.D263.6295 Competência: 03/2018		Número da Nota 40179 RPS: Data de Emissão 26/MAR/2018 12:02:03																					
	PRESTADOR DE SERVIÇOS Razão Social / Nome: FERNANDES & FERNANDES LTDA - EPP CNPJ / CPF: 02.674.272/0002-83 Endereço: RUA PROFESSOR JERONIMO GUEIROS 112 Bairro: CENTRO Município: CAMPINA GRANDE Inscrição Municipal: 494230 CEP: 58410-268 Complemento: Não Informado UF: PB País: Brasil																							
	TOMADOR DE SERVIÇOS Razão Social / Nome: ANTONIO DUARTE LEAL CNPJ / CPF: 034.167.226-92 Endereço: RUA EMILIANO ROZENDO DA SILVA 75 Bairro: BODOCONGO Município: CAMPINA GRANDE Inscrição Estadual: CEP: 58429-690 Complemento: Não Informado UF: PB País: BRASIL																							
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS SERVIÇOS PRESTADO DE FISIOTERAPIA																								
VALOR TOTAL DA NOTA = R\$504,00																								
Código do Serviço: 86500004 ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA Item da Lista: 04.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.																								
<table border="1"> <tr> <td>NSS (R\$) - %</td> <td>IRRF (R\$) - %</td> <td>CSLL (R\$) - %</td> <td>PIS (R\$) - %</td> <td>COFINS (R\$) - %</td> </tr> <tr> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>Base de Cálculo do ISS (R\$)</td> <td>Alíquota (%)</td> <td>Valor do ISS (R\$)</td> <td>Valor Líquido (R\$)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>504,00</td> <td>3,50</td> <td>17,64</td> <td>504,00</td> <td></td> </tr> </table>					NSS (R\$) - %	IRRF (R\$) - %	CSLL (R\$) - %	PIS (R\$) - %	COFINS (R\$) - %	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Base de Cálculo do ISS (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Valor Líquido (R\$)		504,00	3,50	17,64	504,00	
NSS (R\$) - %	IRRF (R\$) - %	CSLL (R\$) - %	PIS (R\$) - %	COFINS (R\$) - %																				
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00																				
Base de Cálculo do ISS (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Valor Líquido (R\$)																					
504,00	3,50	17,64	504,00																					
OUTRAS INFORMAÇÕES O ISSQN desta NF-e será recolhido pelo PRESTADOR MENCIONADO ACIMA. Para verificar a veracidade da Nota Fiscal entre no site da prefeitura e clique no link NFS-e.																								
A autenticidade desta Nota Fiscal de Serviços Eletrônica poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Campina Grande na Internet, no Endereço: http://www.campinagrande.pb.gov.br e clique no link NFS-e																								
RECEBEMOS DA EMPRESA FERNANDES & FERNANDES LTDA - EPP OS SERVIÇOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA				Código de Verificação F4C9.9501.AADB.9C63.54A8.C198.D263.6295 Número da Nota 40179																				
Local	Data	Assinatura																						

28/08/2018 09:35





Poder Judiciário da Paraíba
6ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0805937-97.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Recebo a inicial, porque satisfeitos os requisitos.

Considerando o advento do novo CPC, que tem em sua essência privilegiar a mediação e a conciliação entre as partes, entendo que, infelizmente, desde que passou a vigorar, em março de 2016, as partes, principalmente, as empresas, não estão ancoradas no mesmo espírito conciliador dos legisladores. Por estas razões, a conciliação prévia, prevista no novo CPC, está se tornando inócua e onerosa às partes e ao Poder Judiciário, atentando, inclusive, aos princípios da celeridade e da razoabilidade duração do processo, razão porque postergo sua designação para futura data, a requerimento das partes, até porque, em outros casos semelhantes, envolvendo seguro DPVAT, os acordos porventura realizados somente costumam ocorrer após a realização de perícia.

Destarte, considerando, ainda, não haver quaisquer prejuízos às partes, determino a citação da parte promovida, nos termos do art. 344 do CPC, no prazo e termos legais.

Contestada a ação, dê-se vista ao autor, para no prazo de 15 dias, impugnar a contestação.

Contestada e impugnada a ação, intimem-se as partes para que informem se há a possibilidade de acordo; caso contrário, que especifiquem as provas que ainda pretendem produzir, justificando a necessidade de sua produção, no prazo de 15 (quinze) dias, com a advertência de que o silêncio importará o julgamento antecipado da lide.

Nos termos do art. 98 do CPC/15, **defiro o pedido de gratuidade** judiciária.

Havendo qualquer incidente processual, retornem-me os autos conclusos, para adoção das medidas cabíveis.

CUMPRASE.



CG, 27 de março de 2019.

Juiz(a) de Direito

